

ADMINISTRAÇÃO E CRESCIMENTO ECONÔMICO

1 - INTRODUÇÃO E RESUMO DOS FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Hoje, o tema "crescimento econômico" vem ocupando grande espaço tanto em debates nas esferas governamentais, meios acadêmicos, congressos, seminários; nas diversas publicações de artigos em revistas, jornais, ou ainda, através de monografias patrocinadas por CEF, BACEN, Tesouro Nacional, Conselhos de diversas associações de classes, etc. Nesses debates tenta-se encontrar um caminho para o Brasil voltar a crescer.

Nos primeiros clássicos escritos por Adam Smith, David Ricardo ou Thomas Malthus pode se encontrar as referências iniciais que os economistas fazem com relação ao crescimento econômico. Esses teóricos fixaram conceitos-chaves deste ramo do estudo econômico tais como: os de rendimentos decrescentes e sua relação com a acumulação de capital, ou a relação entre progresso tecnológico e especialização do trabalho. Embora, as incertezas nesta disciplina econômica não se manifestaram de forma contínua. Mesmo assim, tiveram que esperar o desenvolvimento que experimentaram as ciências matemáticas, sobretudo o referente à otimização para que estas preocupações reaparecessem nos economistas das décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial. Surgem três tradicionais análises sucessivas:

- Roy F. Harrod (1948) e Evsey D. Domar (1947), cujo interesse que move a ambos autores é o de dinamizar as teorias de Keynes; - Robert M. Solow (1956) e Trevor W. Swan (1956), que implantaram o que se denominou o chamado modelo neoclássico de crescimento; - Paul Romer (1986) e Robert Lucas (1988), que de alguma forma tratam de paliar as consequências adversas que para os economistas têm as conclusões dos modelos neoclássicos. A esta terceira corrente se denominou as Novas Teorias do Crescimento ou Teorias de Crescimento Endógeno, pois tratam de endogeneizar as variáveis que aparecem como determinantes para o crescimento econômico, que até aquele momento se haviam tomado como exógenas.

A parte desse resumo teórico, iniciaremos com um breve diagnóstico da situação econômica do Brasil, passando pelas diversas crises sistêmicas até a proposição de medidas para o país sair da estagnação social a que se encontra. Por último, com base no ensaio realizado por Dominic Wilson e Purushothaman, R. (2003), iremos traçar um caminho para o Brasil, nos próximos cinquenta anos, juntamente com outras grandes economias em desenvolvimento.

2 - DESENVOLVIMENTO

2.1 - Como definir crescimento econômico

Por crescimento econômico deve considerar-se o aumento mantido a longo prazo do produto per capita ou por trabalhador, acompanhado de mudanças estruturais, segundo a já universalmente aceita formulação de Kuznets (1966). Mas, crescimento econômico é sinônimo apenas de crescimento do PIB, de aumento da renda per capita? Esse conceito vai muito mais além, podemos dizer que é o conjunto de políticas públicas e práticas privadas, que tem como fim as mudanças sociais, sempre com o objetivo último de promover o bem-estar humano. E esse objetivo está muito distante de acontecer nas economias em desenvolvimento, sendo privilégio apenas das sociedades consideradas do primeiro mundo.

A calamitosa situação econômica e social que se encontra o Brasil, diverge do discurso otimista do governo sobre a retomada do crescimento, mesmo após a divulgação dos primeiros indicadores positivos de aumento da atividade econômica. As causas para que não compactuemos com esse otimismo, são várias: persistente alta taxa de desemprego; miséria e violência andando juntas nas grandes cidades, chegando essa última ao limite do insuportável. Promete-se a retomada do crescimento "sustentado", num cenário altamente globalizado e competitivo do tipo jobless growth, um crescimento sem geração de empregos, e que necessita cada vez de IDE - Investimentos Diretos Estrangeiros.

Por outro lado, existia uma visão individualista de que o Brasil, por sua potencialidade, tamanho, e da

quantidade de recursos naturais, poderia se impor frente aos grandes "players" internacionais, fazendo-o distanciar-se dos diversos mercados. Quando o país mudou sua estratégia de política externa, tratando dos assuntos de forma multilateral, como representante do bloco econômico, mais almejado em termos de acordos comerciais - o Mercosul -, conseqüentemente, passou a ter voz mais presente nos fóruns internacionais. Essa mudança de foco foi fundamental como estratégia de longo prazo, pois ajudaria o país a buscar outras receitas junto a países não alinhados a blocos econômicos.

Infelizmente, as condições ideais para o crescimento dependem de um conjunto de medidas econômicas, conjugadas com as políticas monetária, cambial e fiscal, tais como: busca do equilíbrio e da proporção entre os crescimentos do investimento e do consumo; da produtividade e do padrão de vida; da infraestrutura social; e da capacidade, formação e iniciativa dos profissionais. E hoje, com as economias globalizadas, os requisitos de competitividade tornam necessárias taxas de crescimento econômico cada vez mais elevadas, para conter a espiral do desemprego, onde conseguir o equilíbrio e um caminho sustentável torna-se uma tarefa cada vez mais difícil para os governantes.

2.2 - Diagnóstico da situação econômica

Se olharmos para os anos cinqüenta, vamos verificar que os chamados tigres asiáticos estavam quase no mesmo nível de Brasil e México. Mas, desde então, os países deste bloco cresceram mais rapidamente que qualquer outra região do mundo, e deixaram para trás, outros mais ricos como a Argentina, o próprio México e o Brasil, aproximando-se alguns deles, das primeiras posições a nível mundial. O núcleo daqueles países era constituído pelo Japão, os Quatro Tigres "Asiáticos" - Hong Kong, Singapura, Coréia do Sul (Coréia), e Taiwan, e três novos países em industrialização no Sudeste Asiático - Malásia, Indonésia e Tailândia. Este grupo de países, excluindo o Japão por já ser um país altamente desenvolvido, é conhecido como as Novas Economias Emergentes.

Por outro lado, aqui no Brasil, na década de 70, nos ensinavam que o país fazia parte do grupo dos países em desenvolvimento, e era chamado "o país do futuro". Estamos em 2004, e continuamos ouvindo alusões sobre o potencial do Brasil, como sendo: país emergente; país de grande poder continental; país de maior potencial de crescimento da América Latina; junto com a China e a Índia, os grandes mercados a serem explorados; e continuamos ainda alimentando o sonho de "o país do futuro". Mas que futuro é esse, que nunca chega, e o que falta para o país crescer e entrar no seleto clube dos países tidos como desenvolvidos?

Hoje em dia, outro aspecto importante que dificulta o crescimento econômico do nosso país, é o tamanho da dívida pública, que ultrapassa em muito seus ativos, principalmente porque foi captada sob o argumento de que iria atenuar as desigualdades econômicas e financiar o desenvolvimento. Mas se isto realmente ocorresse, ou seja, os investimentos fossem aplicados em projetos para fins produtivos, e que gerassem exportações adicionais ou reduções de importações, capazes de compensar os encargos de juros e remessas de lucros, conseguiríamos reverter o persistente déficit do balanço de pagamentos em conta-corrente.

Os déficits só podem subsistir enquanto houver reservas ou outros capitais compensatórios que os financiem. Assim, déficits permanentes têm que ser corrigidos por algumas das seguintes medidas: (i) desvalorizações reais da taxa de câmbio; (ii) redução do nível de atividade econômica; (iii) restrições tarifárias ou quantitativas às importações; (iv) subsídios às exportações; (v) aumento da taxa interna de juros; e (vi) controle da saída de capitais e de rendimentos para o exterior.

Dentre essas medidas, o Brasil vem experimentando o aumento das taxas de juro como forma de atrair capital estrangeiro, e ao mesmo tempo, para evitar a "fuga", suspendeu os controles de saída de capitais e remessa de rendimentos para o exterior. Essas medidas procuram melhorar o balanço de pagamentos, porém não podem perdurar por muito tempo, porque agravam o passivo externo líquido do país. Já as três primeiras medidas e a quarta, são usadas para minimizar o problema mais fundamental do déficit de transações correntes.

Em relação à segunda medida, esta contribui para a redução do déficit em transações correntes, pois o

Brasil produzindo menos importa menos; com a ociosidade da produção interna, as empresas são obrigadas a buscar novos mercados no exterior. Esse tipo de ajuste não traz prosperidade, à nação e pode provocar recessões. Pode acarretar ainda, grandes problemas sociais, como a falta de emprego e, a conseqüente queda nos salários reais. É um tipo de situação que para recompor o nível de reservas do país, pode ser adotada para um curto espaço de tempo, no entanto, não devendo ser aceita como fórmula permanente de correção dos desequilíbrios externos.

A escolha do modelo de endividamento brasileiro, através do financiamento do déficit em transações correntes, com a entrada de capitais estrangeiros via empréstimos e investimentos especulativos (curto prazo), ou recursos para a compra de empresas, virou uma bola de neve. A medida em que quanto mais o Brasil se abre e capta mais recursos externos, mais capitais poderão sair no futuro, seja por contágio de outras economias nos momentos de crises sistêmicas ou pela remessa de lucros, dividendos e royalties gerados pelos investimentos diretos e em carteira. Com esse modelo, a dívida pública interna brasileira vem aumentando a cada dia, não porque o governo esteja se endividando junto ao setor privado para realizar obras ou investimentos nas áreas de saúde, educação e infra-estrutura, mas sim, porque está fazendo política monetária, através do lançamento de títulos do Banco Central e do Tesouro que pagam altas taxas de juro.

2.3 - De que forma o país pode crescer

Durante os últimos vinte anos, o mundo experimentou diversos choques que afetaram decisivamente o crescimento econômico, principalmente a partir do default da dívida mexicana ou "efeito tequila", em 1994, passando principalmente pelos diversos terremotos financeiros que eclodiu a partir dos "tigres asiáticos" ou "efeito saquê", em 1997, da crise russa ou "efeito vodka", em 1998, da crise brasileira ou "efeito samba", em 1999 e a do nosso vizinho do Mercosul, a Argentina ou "efeito tango", também em 1999, cujas "ondas" se propagaram pelas demais economias do mundo, não poupando bolsas de valores, mercado de capitais, mercados de derivativos, mercados de câmbios, governos, investidores, ninguém. Para o Brasil, foram duas décadas perdidas, que pesaram negativamente na média em termos de crescimento econômico.

Mesmo com o alto custo que essas várias crises sistêmicas impuseram à nossa economia - ao contrário dos países que deram nome às mesmas, que já apresentam taxas de crescimento superiores a nossa (ver quadros 1 e 2) - mais a recessão mundial que vem se desenhando desde os ataques terroristas aos EUA, o Brasil precisa retomar o crescimento econômico (quadro 3), de forma a estimular a ampliação da base produtiva e das exportações.

Quadro 1 - Taxa de Variação do PIB

Fonte: Elaboração própria

Mas, como o país pode reverter esse quadro crônico de vulnerabilidade externa, sair das amarras das altas taxas de juro e voltar a crescer? A solução seria diminuir o efeito cascata da carga tributária, investir em obras de infra-estrutura de portos, estradas, aeroportos, centros de armazenagem (causas do risco país), direcionando ainda os investimentos estrangeiros para setores, cujos produtos possam agregar valor na pauta de exportações, como por exemplo: o aeroespacial, o químico, o do agronegócio, com carnes de frango, porco e bovina em pedaços e congeladas, café solúvel, pescados e camarões congelados, etc.

Quadro 2 - Taxa de Variação do PIB de alguns Países Asiáticos

Fonte: Elaboração própria

Uma solução para direcionar os IDEs somente para o setor produtivo, seria a criação de um órgão supranacional que normatizasse esses fluxos financeiros, como o Banco Internacional de Liquidação (BIS). Esse órgão desempenharia o papel de uma clearing house internacional, liquidando as transações dessa natureza através das informações prestadas por cada banco central. Esta grande câmara de compensação mundial envolveria todos os países, seja em desenvolvimento, paraíso fiscal ou mais industrializado. É evidente que os fluxos destinados para os mercados de capitais deveriam ser gravados com uma taxa diferenciada daqueles direcionados para investimentos diretos em produção. Para tal, cada

país seria um agente que poderia liquidar, tanto suas transações como a de outros países, conforme os acordos celebrados entre os mesmos. Com este sistema, o mundo poderia controlar e fiscalizar os recursos voláteis que tanto vêm destruindo as economias daqueles países necessitados de investimentos para tocar seu desenvolvimento.

Quadro 3 - Taxa de Variação do PIB Brasileiro

Nota: (*) projeção do governo

Fonte: Bacen

No quadro 4, fica clara a diferença do avanço tecnológico no retorno sobre a venda externa. Por mais que os países produtores de produtos primários, como é o caso do Brasil, venham a duplicar, triplicar, ou até mesmo multiplicar em mais vezes a produtividade de seus produtos, o resultado obtido não será nunca suficiente para fomentar o crescimento econômico. Uma simples unidade de produto com algum conteúdo tecnológico, fabricado quase sempre por um país industrializado, seja ele agrotóxico ou medicamento (insumos importados) ou celular (componente eletrônico), gerará um valor superior ao obtido pelo país em desenvolvimento, com a exportação de uma tonelada de produto primário. Além do diferencial tecnológico, os países em desenvolvimento não conseguem obter um preço justo de suas exportações, porque quem dita as regras no comércio internacional são os países industrializados, potencialmente os maiores compradores, que jogam os preços das commodities propositalmente para baixo, através de diversos tipos de barreiras protecionistas, que vão desde restrições fito-sanitárias, ações de dumping, subsídios, taxas de proteção para a indústria nacional, até imposições de cotas, etc.

Quadro 4 - Matriz Produtos e Produtores

Fonte: Elaboração própria

Não podemos pensar e propor alternativas, nem um novo paradigma de desenvolvimento, apostando todas as fichas somente na competitividade externa. Devemos também investir no bem estar social da população, através da construção de moradias, no saneamento básico e nos meios de transportes, em saúde e educação, para melhorar os índices de desenvolvimento humano. Além dessas medidas, o governo para resgatar a auto-estima da população e dar cidadania, necessita ainda criar condições de empregabilidade. E a mola propulsora para isto, é fomentar as PMEs - pequenas e médias empresas, capacitando-as nas áreas de gestão financeira, marketing e inovações tecnológicas, democratizando o acesso ao capital, diminuindo a carga fiscal e tributária, e agilizando o processo burocrático de criação de novas empresas. Nesse contexto, o governo não só viria a diminuir o desemprego que assola as principais capitais do país, como também, contribuiria para aumentar a receita previdenciária através da migração de trabalhadores da economia informal para o emprego formal.

2.4 - Razões para o sucesso das Novas Economias Emergentes: Cultura e Geografia

O acesso às linhas marítimas comuns e a proximidade geográfica são características comuns das Novas Economias Emergentes, que se beneficiam das ligações formais e informais que os fluxos de comércio e investimento proporcionam. Por todo o Sudeste Asiático a etnia chinesa que teve um passado longínquo de atividade no comércio e investimento, tem tido um papel fundamental no desenvolvimento do espírito empresarial. A assistência financeira e técnica dos EUA na reconstrução do Japão a seguir à II Guerra Mundial, seguida pela grande ajuda financeira e militar a esta região, em muito contribuíram para o seu desenvolvimento.

As ligações regionais facilitaram o alastramento de estratégias de imitação, como a estratégia de industrialização do Japão, em países como a Coreia e a Malásia. A Coreia imitou o Japão na construção de grandes "trading companies" e a Malásia a construção de laços entre o governo e a classe empresarial. Finalmente, a proximidade geográfica facilitou o aparecimento dos enormes fluxos de capitais, que desde a última década, se registraram primeiro do Japão, para as economias emergentes, e depois de Hong-Kong, Coreia, Singapura e Taiwan para as novas economias em industrialização.

Como a "nova teoria do crescimento" tem sublinhado, para além destes fluxos, têm sido importantes as externalidades regionais positivas, criadas pelo Japão. Através do seu comércio com o Japão, os

ocidentais começaram a familiarizar-se com os produtos asiáticos, estabelecendo redes para fornecimento de produtos na Ásia do Leste, ganhando depois apreciação pela qualidade dos produtos, e respeito pelo espírito de disciplina e trabalho de seus povos. Mais tarde, quando os EUA impuseram restrições quantitativas às exportações do Japão, os empresários de vestuário, calçado, televisões, automóveis e eletrodomésticos da Coreia e Taiwan, penetraram rapidamente nos mercados deixados em aberto, contornando restrições sobre as importações impostas pelos americanos. É, de fato fascinante a leitura das estratégias comerciais utilizadas pelos países asiáticos na sua penetração comercial dos EUA, enquanto o resto dos países subdesenvolvidos protestava - e não tirava partido - das restrições levantadas por este país.

2.5 - Avanço Tecnológico e Investimento Físico

Portanto, não basta a empresa ter acesso ao capital se falta mão-de-obra qualificada. Esse é o grave problema que se alastra por todo o nosso continente, filas intermináveis de desempregados à procura de oportunidades nas portas de fábricas, órgãos públicos, empresas, etc, das grandes cidades.

No campo, a modernização chegou e é oriunda de pacotes tecnológicos importados. O Brasil é dependente de importação de adubos e de agrotóxicos, que consomem divisas e encarecem os custos dos produtos.

Apesar disso, não há como negar os avanços tecnológicos que o país tem registrado nos últimos anos, principalmente em gerar tecnologia para a cadeia do agronegócio. A Embrapa, criada nos anos 70, vem se destacando em capacitar pessoas para desenvolver tecnologia. Por estar na região tropical, o Brasil praticamente desenvolveu quase todas as tecnologias e, é considerado líder no desenvolvimento de tecnologias para as condições tropicais.

Se a imperiosa necessidade obrigou o país a investir em pesquisas, a competitividade atual exige ainda mais. Para o país alcançar um crescimento econômico sustentável, dependerá do futuro da ciência e da tecnologia, para isto, os governantes deverão destinar uma participação bem maior de recursos para P&D. No Brasil, o valor destinado para a pesquisa tem diminuído a cada ano, girando em torno de 1% do PIB, já nos mais avançados esse percentual chega a 2%. A relação de dominância entre ricos e pobres, mais uma vez fica caracterizada através do montante absoluto de investimento com ciência e tecnologia, pois quem domina o mundo não é quem possui mais recursos primários, e sim, aquele que tem maior domínio tecnológico (vide quadro 4), cuja geração de conhecimento custa muito caro para o país.

2.6 - Os 4 Países Gigantes: População e Dimensão Geográfica fazem diferença

Recentemente Dominic Wilson e Purushothaman, R. (2003) desenvolveram estudo sobre um grupo de países gigantescos, em tamanho geográfico e populacional, que durante os próximos 50 anos - Brasil, Rússia, Índia e China ou BRICs - seriam as grandes forças da economia mundial. Nesse estudo, em menos de 40 anos, os BRICs juntos seriam maiores que o G6 (países mais ricos: Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Japão e EUA) e antes de 2025 eles poderiam responder pela metade do tamanho do G6. Em 2050, do G6 atual, somente os EUA e o Japão poderiam estar entre as seis maiores economias.

Quadro 5 - Quando o PIB dos BRICs alcançam os países do G6

Fonte: Dominic Wilson e Purushothaman, R. (2003, p. 3)

Os BRICs também já haviam sido citados por Kennan, G. (1993), como sendo: "a monster country is one that is so large, so powerful, and so diverse, that it has become essentially ungovernable. For some reason, the pejorative angle - the monster country's ungovernableness - has been dropped from the definition, and these countries are now merely the big and the powerful. The leaders of some countries - Brazil, in particular - even want their nations to be known as monster countries".

Hoje, independente do poderio comercial e econômico dos BRICs, a China e a Índia, principalmente, pelo tamanho geográfico e pela população, fazem diferença, pois conformam um espaço econômico de 2,3

bilhões de pessoas, e isto preocupa os estrategistas geopolíticos das principais economias.

De acordo com o ensaio mencionado, os principais parâmetros para que o Brasil possa atingir um crescimento sustentável nos próximos cinquenta anos, tornando-se uma das grandes economias do mundo (quadro 6), são:

- Taxa de 19%, no mínimo, de poupança interna para gerar estoque de capitais.
- Taxa de 4% de depreciação anual de perda de produtividade do capital.
- Taxa média anual de 4% de crescimento real do PIB (descontado pela taxa do US\$)
- Taxa de 2,5% de avanço tecnológico anual.
- Estabelecer a relação Dívida/PIB para o patamar de 47%.
- Taxa de 1,3% de crescimento anual da força de trabalho

Quadro 6 - Tempo em o Brasil ultrapassa alguns dos Países mais avançados

Fonte: Com base em Dominic Wilson e Purushothaman, R. (2003).

Somente em 2039, o Brasil superaria a Inglaterra, a última grande economia desenvolvida do G6 (com exceção dos EUA). Já em 2050, o Brasil com US\$ 6,074 trilhões ficaria atrás apenas da China, EUA, e Índia, as três grandes potências econômicas com PIB (em trilhões) na ordem de US\$ 44,453, US\$ 35,165 e US\$ 27,803, respectivamente.

2.7 - A Administração e o Crescimento Econômico

Do cenário proposto anteriormente, vamos apresentar sugestões, e quando for o caso, de que forma a ciência "Administração", poderia contribuir para a inserção do Brasil no bloco das economias mais avançadas.

- Promover uma parceria entre as universidades, governo, CFA e CRAs, utilizando os alunos dos últimos períodos para levar técnicas administrativas para o contingente de mão-de-obra ociosa e não qualificada do país. Com isto, o CFA estaria criando oportunidades de trabalho tanto para os universitários de administração, como também ajudando os trabalhadores a resgatar a auto-estima, incluindo-os na vida econômica, e ainda, permitindo-lhes melhorar suas condições de vida e sua integração ao mercado.
- Promover um amplo debate para adequar a grade curricular das faculdades aos novos desafios desse mundo globalizado e tecnificado, aumentando a carga horária daquelas disciplinas de cunho mais "operacional", tais como: Comércio Exterior, Finanças, Informática, Risk Management, Mercados de Capitais, Mercados de Derivativos, etc. Com isto estaremos preparando os formandos para atender a demanda do novo mercado de trabalho globalizado.
- Promover parcerias entre os CRAs com os governos Estaduais, Municipais e a Iniciativa privada, visando a criação de um grande programa de capacitação e formação de mão-de-obra não especializada, gerando um novo contingente capaz de operar os equipamentos com os novos avanços tecnológicos, tanto no campo como nas grandes cidades.
- Promover parcerias entre os CRAs com as secretarias de governos, visando levar os conceitos básicos das disciplinas de Administração para as Escolas de 2º Grau públicas e privadas, que no futuro poderá contribuir para a formação de empreendedores, bem como criar um novo ambiente de conscientização profissional daqueles que irão buscar o ensino superior.
- Criar programas voltados para as PMEs exportadoras, buscando inseri-las no mercado internacional, através de programas de aperfeiçoamento da qualidade e design dos produtos.

3 - CONCLUSÃO

No decorrer deste artigo, mencionamos algumas medidas econômicas capazes de inserir o país no rumo do crescimento econômico, como: diminuir as taxas de juro para que o capital migre das aplicações financeiras para investimentos produtivos; direcionar o IDE para setores cujos produtos possam agregar maior valor à pauta externa; desonerar a produção do efeito tributário em cascata, contribuindo para melhora do preço final dos nossos produtos; investir no complexo logístico de infra-estrutura para escoar o aumento da produção; e fomentar o crédito para as PMEs. Além dessas medidas, o governo deveria

também direcionar maiores investimentos para a área da saúde, da educação, do saneamento básico, e também para a proteção ambiental. A conjugação dessas medidas deverá gerar um ambiente propício para que o país, no curto prazo, saia da letargia e experimente taxas de crescimento econômico compatível com a dimensão continental.

Não podemos esquecer ainda, que num mundo de economias globalizadas, a informação, a tecnologia e o conhecimento fazem o diferencial sobre a oferta da quantidade de bens e serviços à disposição da sociedade, multiplicando-se em muitas vezes o preço, e países, como o Brasil, que buscam alcançar o "steady state", sem ter isto presente, não conseguirá competir em condições de igualdade. Nesse ambiente altamente competitivo, o papel da ciência "Administração" é de suma importância, pois dispõe de instrumentos capazes de qualificar tanto as empresas como os profissionais, onde esses últimos poderíamos dizer que são os ativos mais importantes nesse momento de virada em busca do crescimento econômico, devendo estar preparados para enfrentar os desafios e oportunidades, e absorver todo o "know how", o "How Know", o "Learning by Doing", além de processar e gerar as inovações tão necessárias para inserir o país num novo patamar de Desenvolvimento Econômico e Social.

BIBLIOGRAFIA

Domar, Evsey D. (1947). "Expansion and Employment". American Economic Review, Vol 37, Nº 1, pp. 343-355.

George Frost Kennan (1993). AROUND THE CRAGGED HILL: A personal and Political Philosophy. Norton & Company, Inc., W.W.. New York.

Kuznets, S. (1966). MODERN ECONOMIC GROWTH. Rate, Structure and Spread. New Haven and London. Yale University Press.

Lucas, Robert E. Jr. (1988). "On the Mechanics of Development Planning". Journal of Monetary Economics, Vol. 22, Nº 1, pp. 3-42.

Romer, Paul M. Outubro 1986. "Increasing Returns and Long Run Growth." Journal of Political Economy 94, pp. 1102-1137.

Solow, Robert M. February 1956. "A Contribution to the Theory of Economic Growth." Quarterly Journal of Economics 70.1: pp. 65-94.

Swan, Trevor W. (1956). "Economic Growth and Capital Accumulation". Economic Record, Nº 32, pp. 334-361.

Wilson, Dominic e Purushothaman, Roopa. Outubro 2003. "Dreaming with BRICs: The Path to 2050." Global Economics Paper, Nº 99, pp. 1-24. Goldman Sachs.